

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANEXO

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Deliberação n.º 42/2005:

Dr. João Paulo Cunha Rendeiro Chumbinho, juiz de paz colocado, actualmente, no Julgado de Paz de Lisboa, Dr.^a Ana Paula de Almeida Flausino, juíza de paz, colocada, actualmente, no Julgado de Paz do Seixal, Dr. Paulo José Homem de Sousa de Brito, juiz de paz, colocado, actualmente, no Julgado de Paz do Porto, Dr.^a Maria Fernanda Tripa Carretas, juíza de paz, colocada, actualmente, no Julgado de Paz do Seixal, Dr.^a Maria Judite Costa Dias Matias, juíza de paz, colocada, actualmente, no Julgado de paz de agrupamento de concelhos sediado em Oliveira do Bairro, Dr.^a Paula Cristina Portugal Fernandes Ranção, juíza de paz, colocada, actualmente, no Julgado de Paz, de Vila Nova de Gaia, e Dr. António dos Santos Carreiro, juiz de paz, colocado, actualmente, no Julgado de paz de agrupamento de concelhos sediado em Canteanhede — renomeados, a seu pedido, juizes de paz, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com efeitos a partir do fim do actual triénio de exercício de funções para que foram nomeados conforme decisões publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Fevereiro de 2002, mantendo-se nos julgados de paz onde, actualmente, se encontrem, nesta medida sem necessidade de novas posses. Esta deliberação terá efeitos se nada obstar em termos de cabimento de verbas e mediante a sua publicação no *Diário da República*.

25 de Novembro de 2004. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 3/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 5.º da Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto, compete ao Governo, através de resolução do Conselho de Ministros, designar os seus representantes no Conselho Económico e Social, bem como proceder à substituição dos membros que renunciem ou por qualquer outra forma percam o mandato.

O mandato dos membros do Conselho Económico e Social corresponde ao período de legislatura da Assembleia da República.

Os actuais representantes do Governo no Conselho Económico e Social foram designados pelas resoluções n.ºs 67/2003 (2.ª série), de 19 de Setembro, e 108/2004 (2.ª série), de 21 de Outubro, do Conselho de Ministros. Verifica-se, no entanto, a necessidade de proceder à substituição de um dos titulares nomeado pelo Governo como efectivo, dado que já não representa a área de actividade que tinha constituído pressuposto para a sua nomeação e que a sua situação profissional não lhe permite assegurar essa representação. Acresce, dadas as alterações suscitadas pela orgânica do XVI Governo Constitucional, Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, que importa assegurar a representação da área de planeamento, agora assumida no âmbito do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional.

Considerando a alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Designar como representante efectivo do Governo no Conselho Económico e Social a licenciada Alda Caetano de Carvalho, em substituição do Prof. Doutor João Borges de Assunção.

2 — A presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

7 de Dezembro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

Curriculum vitae

Nome: Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho.

Data de nascimento: 3 de Julho de 1948.

Formação académica: licenciatura em Economia, em 1972, pelo ISCEF.

Carreira profissional (síntese):

- Directora-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento;
- Representante efectiva do Governo no Conselho Económico e Social;
- Membro do conselho de administração do Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Membro da delegação portuguesa no Comité de Política Económica da União Europeia;
- Representante do MCALHDR no Conselho Superior de Estatística;
- Membro do grupo técnico de avaliação do QCA III;
- Membro do grupo de coordenação técnica do Plano de Desenvolvimento Regional;
- Membro da comissão de acompanhamento do Plano Nacional de Emprego;
- Membro do grupo interministerial de coordenação do PNDES;
- Coordenadora do secretariado executivo do PNDES;
- Membro da Comissão para o Mercado Social de Emprego;
- Membro do conselho consultivo do Banco de Portugal;
- Directora-geral do Departamento Central de Planeamento;
- Consultora do Banco Mundial em missão a Cabo Verde;
- Vogal do conselho fiscal da EMEF — Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário;
- Subdirectora-geral do Departamento Central de Planeamento;
- Directora de serviços de Planeamento Global do Departamento Central de Planeamento;
- Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Planeamento;
- Adjunta do Secretário de Estado do Planeamento para a área macroeconómica;
- Técnica superior principal da Divisão de Modelos da Direcção de Serviços de Planeamento Global do Departamento Central de Planeamento;
- Técnica superior de 1.ª classe/técnica superior principal da Direcção-Geral do Comércio Interno/Direcção-Geral de Coordenação Comercial do Ministério do Comércio;
- Técnica superior de 1.ª classe da Direcção-Geral de Planeamento e Integração Económica de Moçambique;
- Membro do conselho fiscal dos CTT de Moçambique;
- Colaboradora do Centro de Estudos de Planeamento (CEP) da Presidência do Conselho de Ministros.

Gabinete do Secretário de Estado
para os Assuntos do Mar

Despacho n.º 770/2005 (2.ª série). — Considerando que o despacho n.º 12 367/2004, de 2 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Junho de 2004, permite hierarquizar os projectos apresentados pelos armadores nacionais e formula o esquema processual a adoptar;

Considerando que a verba de € 300 000 inicialmente prevista para este projecto se veio a cifrar, após cativação em € 250 000;

Apreciados os pedidos de candidatura ao apoio que foram apresentados ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) pelos armadores nacionais;

Apresentada a proposta de despacho de hierarquização das candidaturas pelo IPTM e formulada de acordo com o previsto no n.º 15 do citado despacho n.º 12 367/2004;

Aprovo a hierarquização dos projectos de investimento constante do anexo ao presente despacho.

15 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado para os Assuntos do Mar, *Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz*.